

Educação, arma no trânsito

**BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO**

Com um milhão de acidentes de veículos por ano, 50 mil mortes e incontáveis caminhões e carros roubados, o governo federal decidiu agora enfrentar a realidade do trânsito no País. As medidas que o Conselho Nacional de Trânsito (Contran) prepara se concentram na mudança na legislação que envolve os códigos Penal Civil e de trânsito com punições drásticas para os infratores. O problema será atacado, ainda, do ponto de vista da formação de condutores desde a mudança no preparo de técnicos até a orientação permanente da população através do rádio e da televisão.

De acordo com o presidente do Contran, Roberto Scaringela, o País precisa de medidas que fundamentalmente signifiquem o combate à violência no trânsito para reduzir o número de feridos e mortos tanto nas cidades quanto nas rodovias. As propostas em estudo no Contran, para vigorar ainda em 1988, disse, já deram certo em outros países e deverão responder positivamente aqui. Entre elas está uma legislação mais drástica com multas pesadas pelos crimes no trânsito e uma Justiça mais rápida.

A proposta é modificar o Código Penal transformando em crime as atuais contravenções como dirigir embriagado, avançar sinal e passar a um sistema de contagem de pontos que podem levar até a perda da carta, além da indenização para quem atropela e mata. Essa ação,

segundo Scaringela, só será possível com a criação de delegacias especializadas em trânsito e juizados de trânsito. Fora a parte penal, o Contran também prepara medidas para melhorar o ensino nas auto-escolas, exigir mais dos instrutores e dispor de pessoal técnico especializado em trânsito.

Na avaliação de Roberto Scaringela, os cursos de habilitação hoje são precários, os instrutores são despreparados e a fraude na habilitação é comum. Além de novas exigências para as auto-escolas, o Contran estuda a criação de cursos de direção defensiva para ensinar os motoristas a resolver problemas nas ruas e rodovias. Outro ponto em debate é a criação da cadeira de Engenharia de Tráfego nos cursos de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo para preparar pessoal técnico com o objetivo de atuar nos Detrans. Para conseguir isso, o Contran vai discutir o problema com o Conselho Federal de Educação, órgão do Ministério da Educação. Além da parte técnica, Scaringela defende o engajamento da escola para uma campanha permanente no rádio e televisão, para informar sobre o trânsito, ao contrário do que acontece hoje com as campanhas relâmpagos que se limitam a repetir chavões como "não corra, não mate, não morra".

Dentro desse trabalho que está sendo coordenado pelo Contran, Roberto Scaringela diz que é preciso também municipalizar o trânsito dotando as prefeituras de um sistema próprio que atue junto com outras instâncias. Segundo ele, em

muitos estados o trânsito é péssimo por causa da estrutura confusa de responsabilidades onde qualquer ação é dificultada porque depende de autorização federal.

O pacote do trânsito que está sendo estudado desde o final de dezembro de 1987 e que deverá ser fechado este ano tem uma meta ambiciosa: reduzir o número de acidentes e de mortes pela metade em um ano. Para conseguir isso o presidente do Contran disse que basta integrar o trabalho dos órgãos federais, estaduais e municipais, como os ministérios dos Transportes, do Trabalho, da Previdência, do Desenvolvimento Urbano com o DNER, Empresa Brasileira de Transportes Urbanos e os DER. Isso, entretanto, pode ser difícil porque o Contran é um órgão normativo e de coordenação política do sistema. O deslanche da ação depende da adesão dos órgãos executivos e ministérios envolvidos no setor.

Entre as definições já tomadas pelo Contran está a criação de uma placa única para veículos que ficará no carro desde que sai da montadora até o final da sua vida útil. Essa placa única terá três letras e quatro números, com possibilidade de 150 milhões de combinações.

Segundo Scaringela, ela não vai permitir repetição por muitos anos, pois a frota atual é de 15 milhões de veículos. A criação de todo o sistema que envolve, inclusive, a informatização depende de muitos recursos, segundo o presidente do Contran. Esses recursos, ainda não definidos, virão do governo federal e dos estados.